

EDUCAÇÃO NO CAMPO: ESCOLAS MULTISSERIADAS E OS EMBATES ATUAIS

Viviane Dias de Jesus Gomes

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

vividiasji@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo trazer algumas discussões sobre as condições de implementações das políticas sobre as Classes Multisseriadas e as tomadas de decisões contraditórias de fechamento das escolas, que ocorrem através dos principais responsáveis em assegurar os direitos dos sujeitos do campo. O mesmo surgiu através do Componente Curricular Educação no Campo (EDU 131), e sobre o relato de experiência da professora Laís Alcântara, a qual vivenciou fechamento de uma destas escolas durante sua trajetória profissional. A mesma buscou ouvir os sujeitos da comunidade local, para saber suas percepções em relação ao fechamento da escola e o que esta representava para suas vidas. O fechamento das escolas multisseriadas tem ocorrido em alguns municípios, sem ao menos ouvir os sujeitos que pertencem à comunidade. Estas tomadas de decisões do Poder Executivo, sem o consentimento destas pessoas, evidência um desrespeito e descumprimento legal. Além de causar impactos negativos em suas vidas, pois precisam se deslocar em transportes que muitas vezes não oferecem segurança. Neste sentido trataremos discussões sobre as ideologias políticas que estão por trás destas decisões, pois o fechamento das escolas e a oferta do transporte escolar é apenas mais uma estratégia política para a contenção de custos públicos e tem feito parte estrutural de uma política neoliberalista.

Palavras chave: Classes multisseriadas, políticas neoliberais, desafios políticos.

INTRODUÇÃO

A Educação no Campo tem sido alvo das políticas neoliberais atualmente, pois estas visam fins lucrativos e fortalecimento da economia, e para estes as classes multisseriadas não atendem as suas expectativas. Dessa forma estas classes tem sofrido nucleação e o fechamento das escolas é a forma remediável para estas políticas. No entanto para este fim, tem-se passado por cima dos direitos dos sujeitos uma vez que a legislação assegura uma comunicação prévia com os sujeitos, sobre esta tomada de decisão. Porém o que ocorre é o fechamento das escolas sem o consentimento da comunidade acarretando uma série de problemas e dentre eles está o deslocamento destas crianças em transportes precários para outros espaços institucionais, sem contar que as crianças da faixa etária de Educação Infantil, precisam ser acompanhadas diariamente por seus responsáveis, o que nem sempre é possível, resultando assim a inacessibilidade das mesmas. O fechamento das escolas é na verdade uma forma de diminuir os gastos com a educação pública.

No entanto apesar destes embates a Educação no Campo tem ganhado espaços através das lutas sociais gerando discussões principalmente sobre os direitos, a importância que esta tem para os sujeitos que a compõem, e que trazem sua identidade vivências e valores, os quais devem ser respeitados tanto socialmente como nos âmbitos legais e políticos. Pois a Educação no Campo se faz através de uma construção coletiva dos sujeitos do campo, o qual engendra reflexões e ações sobre os processos históricos de desigualdades e exclusão geradas, sobretudo pelas concentrações das propriedades de terras, o que a autora Souza (2012) elenca como elementos estruturais de desigualdade social. Pensar nesta forma de Educação é levar em consideração o passado histórico, o contexto de lutas e os saberes produzidos por estes sujeitos. Portanto é relevante a manutenção destas especificidades educativas. E as classes multisseriadas pela importância conotada por estes sujeitos precisam, não de fechamentos destas instituições, mas da garantia de direitos. É respeitar a sua cultura e formas de saberes e ao mesmo tempo ofertar a educação formal.

EDUCAÇÃO NO CAMPO: ESCOLAS MULTISSERIADAS E OS EMBATES ATUAIS

As classes multisseriadas são classes que comportam alunos em diferentes idades e níveis de aprendizagem. Segundo Moura e Santos (2012), são turmas constituídas por alunos de várias séries e sob a responsabilidade de um só professor. É isso se constitui em um desafio político e pedagógico para estes profissionais. Pois o professor tem a responsabilidade de planejar para atender séries diferentes e alunos em diferentes níveis de aprendizado. Segundo os autores Moura e Santos (2012), assim urge a necessidade de políticas públicas mais localizadas e um Projeto Político Pedagógico que traduza a dinâmica da Educação no Campo e das classes multisseriadas. Dessa forma ressaltamos que é preciso formação para atuar nesta modalidade de ensino, atender a estes alunos com qualidade, levando em consideração as suas especificidades.

Pois não basta apenas levar os conteúdos pragmáticos. Ser professor de uma escola e/ou classe multisseriadas exige que cheguemos munidos de conhecimentos dos sujeitos do campo e desta fora de educação, do conhecimento da legislação que ampara estes sujeitos. Pois a escola e/ou classe multisseriadas atualmente enfrenta um grande problema que é o prescrito pelas políticas neoliberais. Com isso o abandono ao professor e aos sujeitos educandos em uma escola sem assistência de um coordenador pedagógico, a inviabilização de recursos, a falta de infraestrutura nestes espaços, são alguns desafios políticos enfrentados atualmente, e que recaem sobre o pedagógico que não deixa de ser político também.



Como se não bastasse o descaso e a precariedade a estes espaços, tende-se a fechar as escolas com argumentos fundamentados de que esta é a melhor opção a se fazer, para garantir qualidade educacional. Um dos desafios políticos enfrentados e que perpassa pela formação docente é a forma articulada de retirar a autonomia destes profissionais, embargando assim a sua participação no processo de lutas por esta educação. As políticas neoliberais tem bem estruturado a sua forma de controle e dominância, agindo, sobretudo na própria formação dos professores. Vejamos o que elencam os autores Moura e Santos, (2012) apud. (Hypolito et.al. 2009; Maués, 2003; 2006). Neste contexto, as políticas de formação docente sofrem grandes influências, pois passam a ser orientadas a partir dessa racionalidade técnica, afetando profundamente o trabalho docente.

Dessa forma o gerenciamento destas políticas chega ao extremo para cumprimento dos seus objetivos, e professores passam a serem vítimas e sofrer represálias das políticas locais. Segundo Moura e Santos, (2012) essa conjuntura traz modificações para o trabalho educativo em termos de maior controle pedagógico, e menor autonomia do professorado sobre o seu fazer e pensar [...].

O modelo implantado pelas políticas neoliberais objetiva diminuir gastos e/ou investimentos com as escolas das zonas rurais, levando adotar medidas com o propósito de evitar tais custos. Um destes propósitos é, o fechamento das escolas. Implantando dessa forma transportes escolares para levar estes alunos a escolas na cidade, ou concentrar em outras instituições, sem pensar nas consequências e no valor que as escolas multiseriadas têm para os grupos pertencentes. Esta é uma forma de diminuir gastos e fortalecer a economia da classe dominante. Além disso, produzir sujeitos ao modo de reprodução capitalista, treinados para o mercado de trabalho, servidores das políticas neoliberais, escravos do próprio sistema, se configura em uma forma de reprodução.

Nesta perspectiva neoliberalista não se pensa nos sujeitos, mas em como fazer destes sustentadores da pirâmide e/ou economia. Então para que isto aconteça, nesta lógica, não importa ferir as identidades das comunidades das zonas rurais, para implantação do que a classe dominante impõe por meio do neoliberalismo. Dessa forma, fechar as escolas da zona rural e fornecer transporte para a comunidade se deslocar, é muito cômodo a estas políticas, mas não para os sujeitos que vivem naquela comunidade. Isso pode dificultar a sua vida diariamente. Existe uma importância na manutenção destas instituições e/ou modalidade de ensino para a comunidade local, dentre outras questões pelo próprio acesso nas proximidades de suas residências. A autora Lima (2015) através de suas vivências e experiências com as classes multisseriadas traz isso bem vivo em



sua Dissertação de mestrado, através dos relatos da comunidade, na qual trouxe a fala dos sujeitos mostrando a importância que esta modalidade tem para eles. Daí percebemos, que, o que as políticas pretendem ao fechar escolas multisseriadas não é pensando nos sujeitos, mas em estabelecer um controle sobre a educação em todos os sentidos, além da contenção de gastos públicos.

Ao discutir sobre o fechamento das escolas e a implantação dos transportes escolares, Janata, Anhaia (2012p, 691), diz o seguinte:

Embora a nucleação tenha ocorrido sob o argumento de elevação da qualidade do ensino com a concentração dos alunos e a separação em turmas seriadas, de acordo com as idades e níveis de escolarização, isso não se verificou. O que aconteceu foi uma redução no investimento na educação dos trabalhadores do campo e a substituição das escolas/classes multisseriadas pelo transporte escolar, de condição precária, trafegando em estradas mal conservadas. Daí conclui-se que esse processo teve como motivador central o financiamento da educação, desconsiderando as questões pedagógicas, sociais e culturais, sobretudo, reafirmando os interesses do capital na gestão da educação pública brasileira, sob a pecha das reformas neoliberais.

O transporte escolar, assim como outras medidas adotadas por estas políticas vem precedida de uma falsa generosidade, de uma melhoria, no entanto o que elas realmente fazem é retirar os direitos dos sujeitos de forma justificada. Esta é uma forma de camuflar suas verdadeiras intenções.

Se não houver medidas intervencionistas advindas dos conhecimentos e ações legais por parte das organizações sociais o resultado é o fechamento destas escolas, que em alguns lugares até mesmo com lutas chega a este fim, causando prejuízos para a comunidades local. Pois as ações da gestão municipal age muitas vezes sem se importar com o real sentido que os sujeitos atribuem a estes espaços educativos, próximas a suas casas. Por isso é importante que haja mobilização para o cumprimento dos dispositivos legais para cumprimento da legislação enfrentamento junto à comunidade contra o fechamento das escolas. Para isso é preciso uma organização social de uma gestão participativa da comunidade.

O que este modelo de políticas neoliberais propõem para a educação dos sujeitos do campo é uma forma desrespeito aos seus direitos. Uma vez que fecha escolas sem o consentimento destes, sendo que existe uma legislação que garante a manutenção destas escolas. Ao discutir sobre os direitos dos sujeitos do campo. Hege, (2014) apresenta algumas partes dos documentos legais que dispõem sobre estes direitos, ressaltando que esta é uma forma de garantir o respeito às especificidades dos sujeitos do campo. Dentre os dispositivos legais elencados pelo autor, está a Lei

nº 12.960/2014 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Porém o município por sua vez é um colaborador das políticas neoliberais que acaba por inviabilizar os direitos sociais dos sujeitos por meio do fechamento das escolas, sem ao menos ouvir a comunidade. Neste sentido como ressalta os autores Janata, Anhaia (2015), as políticas internacionais começaram a visar à contenção de gastos sociais, ampliando as possibilidades de investimento na economia capitalista. E isso acontece no processo de municipalização, a partir de 1990 com a nova reconfiguração econômica no Brasil.

Pois segundo ainda, os autores Janata, Anhaia (2015. p, 686)

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9394/96, viveu-se um momento de fechamento das escolas/classes multisseriadas do campo, com a nucleação nas sedes dos municípios, advinda da municipalização e da adoção das reformas neoliberais que atingiram também a educação.

Porém neste mesmo período houve o que estes mesmos autores chama de reascensão dos movimentos sociais, com o fortalecimento da organização dos trabalhadores do campo e de suas lutas sociais. É interessante ressaltar que mesmo após a conquista dos direitos, os mesmos só tem sido efetivados por meio de lutas e resistências. É neste sentido que Moura e Santos (2015) (apud. SANTOS, 2011, p. 17) relata que, [...] quanto menos resistência houver maior será o avanço das políticas neoliberais. Assim podemos observar um campo de disputas, de uma lado o imperialismo das políticas neoliberais e do outro lado as importantes lutas sociais organizadas das pessoas do campo em prol da garantia dos seus direitos. Como relata o autor Miguel Arroyo (2012) “outros sujeitos se afirmam trazendo existências sociais, políticas de resistência de construção de outra cidade, de outro campo, outros saberes e identidades”.

E nós como professores devemos tomar como pauta de luta e responsabilidade social, a nossa participação contra as políticas hegemônicas e em prol dos sujeitos os quais estamos discutindo. Para assegurar a lei que versa sobre o não fechamento das classes multiseriadas, e isso se constitui em um grande desafio. Pois como diz o autor Paulo Freire, (1993). Ser responsável no desenvolvimento de uma prática qualquer implica, de um lado, o compromisso de saberes, de outro, o exercício de direitos. Dessa forma é necessário como afirma ainda o autor Paulo Freire (1993), mobilizarmos e organizarmos na luta contra a espoliação e nos tornarmos sujeitos da transformação política da sociedade.

Pois as classes multisseriadas tem mostrado sua importância nos espaços do campo, no entanto a desvalorização e a falta de assistência das principais políticas responsáveis demonstra a contradição quando não respeita a sua forma de educação, e nem oferece educação formal de qualidade. Fica explícito dessa forma a pretensão do desmonte precavido para acabar com as instituições multisseriadas, sem se importar com o significado atribuído pelos sujeitos que compõem estes espaços.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dessa forma percebemos os desafios políticos encontrados atualmente para manutenção das escolas e um distanciamento entre a lei e a realidade, advindos do modelo de políticas neoliberais. Notamos como profissionais de educação, a importância do conhecimento dos sujeitos do campo e da legislação, das lutas e reivindicações para o cumprimento da mesma. É neste sentido que nós professores, conhecedores dos sujeitos e da legislação temos por responsabilidade nos articular por meio das organizações e representações sociais de uma gestão organizada e participativa, para combater estas políticas tendenciosas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: editora vozes, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Políticas e educação políticas**. Editora Cortez, São Paulo, 1993.
- HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino**. v. 24, Brasília, 2011.
- HAGE, Salomão Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educ. Soc. v. 35. Campinas, 2014.
- JANATA, Natacha Eugênia, ANHAIA. **Escolas/classes multisseriadas do campo: reflexões para a formação docente**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40. 2015.
- LIMA, Laís Alcântara Rios. **O significado das escolas rurais multisseriadas no contexto do município de São Gonçalo dos Campos-ba**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2015.
- MOURA, Terciana Vidal, SANTOS. **A Pedagogia das Classes Multisseriadas**. Debate em Educação, vol. 4, nº 7. Maceió, 2012.